

Teoria e prática da representação política na crise da democracia

Philippe Scerb

Philippe Scerb

Doutorando do programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. É também mestre em Ciência Política pelo Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po) e bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Email: pserb@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0224-1302>

Resumo

Da eleição de líderes autoritários à multiplicação de revoltas populares, são diversos os sinais de que as instituições políticas liberais não têm dado conta de atender às expectativas de amplos setores sociais. Embora um número considerável de atores e analistas insista em reconduzir os conflitos para o âmbito institucional, boa parte da ação política tem corrido também por fora do arcabouço formal e debilitado conceitos e teorias estabelecidas acerca da democracia e da representação. Este trabalho¹ discute os avanços e limites das teorias contemporâneas da representação política frente a esse diagnóstico. Por um lado, elas contribuem para o estudo de diferentes formas de representação para além do voto. Por outro, pecam em articular suas faces eleitoral e não-eleitoral e tendem a negligenciar sua dimensão substantiva. Dois casos são analisados, então, para demonstrar o caráter potencialmente democrático de formas radicais de participação e a necessária articulação teórica entre as ações políticas institucional e extrainstitucional. A saber, a trajetória recente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, no Brasil, e os protestos dos Coletes Amarelos, entre 2018 e 2019, na França.

Palavras-Chave

democracia, representação, participação, ação política, movimentos sociais.

¹ A estratégia populista consiste, segundo autores como Ernesto Laclau (2013), na representação de um povo que, apesar de heterogêneo em suas demandas, ganha corpo a partir do antagonismo com as elites e da identificação com o líder que reivindica representa-lo.

Theory and practice of political representation in the crisis of democracy

Abstract

From the election of authoritarian leaders to the increase of popular uprisings, there are many signs that liberal political institutions have failed to meet the expectations of large social sectors. Although a high number of political actors and analysts insist on bringing conflicts back to the institutional level, much of the political action has also been running outside the formal framework and compromising established concepts and theories about democracy and representation. This paper discusses the contributions and the problems of contemporary theories of political representation in this context. On the one hand, they favor the study of different forms of representation besides voting. On the other hand, they are inadequate in articulating their electoral and non-electoral faces and tend to neglect their substantive dimension. Two cases are then analyzed to demonstrate the potentially democratic character of radical forms of participation and the necessary theoretical articulation between institutional and extrainstitutional political actions. Namely, the recent path of the Movement of Homeless Workers (MTST), in Brazil, and the protests of the Yellow Vests, between 2018 and 2019, in France.

Key-Words

democracy, representation, participation, political action, social movements.

INTRODUÇÃO

O descrédito de atores e práticas convencionais de representação é um fenômeno corriqueiro na história das democracias modernas. Diversas vezes e em diversos lugares ouviu-se falar em “novos sujeitos” e “novas formas” de se fazer política. A resiliência das eleições como método de escolha dos governantes, dos partidos como intermediários entre os cidadãos e o Estado e do modelo mais geral da democracia representativa tem se mostrado, porém, importante. Não é simplesmente fruto da correlação de forças no campo acadêmico a primazia de concepções que

privilegiam o quadro tradicional da democracia liberal para entender a representação política.

No entanto, as insatisfações com o *modus operandi* e com os resultados oferecidos pelos regimes democráticos de hoje vêm se acumulando há algum tempo. A votação do Brexit e as eleições de líderes como Trump e Bolsonaro são apenas a face mais vulgar de um mal-estar evidente em relação aos mecanismos de seleção dos governantes e de organização do poder em diferentes partes do globo. A percepção de que o voto como meio de autorização formal dos representantes não garante qualquer responsividade é típica de um momento que Colin Crouch (2000) qualificou como pós-democrático. Com efeito, a impressão de descolamento entre as demandas dos governados e os cálculos que movem as elites políticas não é meramente fruto de uma retórica demagógica de líderes populistas – o que fica claro com a ausência de medidas que busquem reverter ou, ao menos, mitigar o processo de crescimento das desigualdades observado ultimamente.

Nesse sentido, proliferam-se iniciativas políticas que reivindicam “tomar o controle de volta”, como sugeria o slogan da campanha pela saída do Reino Unido da União Europeia. A despeito do caráter progressista ou conservador desses movimentos de reação ao insulamento do poder nas mãos de poucos, o aspecto necessariamente popular da soberania está sempre presente. Seja sob a forma da legítima representação de um povo oprimido, como opera a lógica que se convencionou denominar populistaⁱ, seja pelo fortalecimento dos mecanismos de autorização e controle dos governantes por parte dos governados. Nas diferentes expressões de tentativa de resgate da prevalência do povo na determinação dos destinos da coisa pública, no entanto, tem destaque a dimensão da ação. Se, por um lado, líderes populistas recorrem ao engajamento das pessoas comuns para além do momento eleitoral e dos canais formais de participação, por outro lado, forças de corte progressista, envolvidas diretamente na disputa eleitoral ou não, recorrem à participação cidadã como repertório necessário para um projeto de transformação. Subjaz ao apelo por ação direta a ideia de que o campo institucional é desfavorável à criação de regimes substancialmente democráticos. É a partir da tensão que a sociedade pode exercer por fora das instituições, portanto, e inclusive por meios

violentos e disruptivos², que sua voz poderia, de fato, ser escutada e seus reais interesses atendidos.

O incremento das práticas convencionais de autorização e controle dos representantes e, sobretudo, a expansão das formas de participação política reconhecidas como legítimas por atores que se engajam na disputa eleitoral e reivindicam governar democracias liberais colocam, porém, um problema teórico de ordem analítica e normativa. Analítica porque a teoria política mais usual convencionou restringir, em linhas gerais, o conceito de participação política ao voto e, no máximo, ao envolvimento em instituições como conselhos e conferências, campo em que a experiência brasileira tem destaque na literatura. Na medida em que atores políticos articulam práticas de representação eleitoral e não-eleitoral à ação política institucional e extra-institucional, muitas vezes de corte disruptivo – e isso ocorre por parte de governos conservadores e movimentos de esquerda – eles subvertem a maneira pela qual se tem pensado a participação política. Esse é o argumento de autores como Trindade (2018), que seguimos aqui, para quem se faz necessária a inclusão de ações de protesto no rol de formas legítimas de participação em contextos democráticos frente a uma literatura consideravelmente circunscrita à sua face institucional. Mais importante para as preocupações deste artigo, porém, é o fato de essas práticas questionarem dicotomias caras às teorias da representação. Com efeito, mesmo os instrumentos oferecidos por expressões contemporâneas da literatura, que rompem com visões minimalistas e liberais da representação política, não dão conta de práticas políticas que atravessam o Estado e operam na fronteira e de forma interdependente entre os poderes instituído e instituinte. Do ponto de vista normativo, essa visão dicotômica do mundo político acaba por qualificar qualquer estratégia que tenha como princípio a expansão vigorosa dos meios de participação popular como antidemocrática. Não obstante, a crise das instituições democrático-liberais e das práticas que lhes correspondem podem inclusive favorecer, por caminhos inesperados e a despeito das ameaças autoritárias, algum tipo de recuperação da soberania popular. Reconhecer o potencial democrático de formas políticas estranhas ao liberalismo passa, porém, pelo aprimoramento do conceito de representação na teoria política contemporânea.

² Por disruptivo, entende-se aqui práticas que desestabilizam o curso esperado da ação política, seja ela institucional ou extrainstitucional, e que têm o conflito como base fundamental.

Não se trata aqui de reivindicar uma novidade empírica completa que implique a necessidade de revisão das teorias democráticas e da representação. A articulação vigorosa entre os conflitos sociais e a disputa eleitoral é constante na história das democracias liberais e as experiências dos partidos de massa europeus, na sua relação com o movimento sindical, ou mesmo o vínculo estreito do Partido dos Trabalhadores com diferentes organizações da sociedade civil ao longo de sua história são apenas exemplos mais óbvios. No entanto, a crise que se abate sobre a democracia liberal não deve deixar incólumes as formas de participação e representação às quais nos habituamos. O “desencapsulamento” das instituições políticas à ação dos governados não é simples malabarismo retórico de lideranças demagógicas e autoritárias. E sinais disso abundam no nosso entorno, seja no centro ou na periferia do capitalismo. A democracia liberal está em crise e as alternativas que se apresentam não são necessariamente, em sua totalidade, antidemocráticas. Cumpre ver, justamente, o potencial democrático de algumas delas, no sentido de engendrar práticas e instituições mais afeitas à soberania popular e à igualdade – critérios caros a uma concepção mais exigente de democracia (CROUCH, 2000; HELD, 1987). Para que isso seja possível, porém, categorias como representação e participação devem ser rediscutidas.

Na primeira parte deste artigo, aborda-se justamente os avanços e os limites de contribuições contemporâneas ao debate teórico sobre a representação política, a partir do trabalho seminal de Hanna Pitkin e passando por autores como Nadia Urbinati e Michael Saward. Na segunda parte, a combinação ensaiada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), no Brasil, entre a ação direta e a disputa eleitoral, e a revolta dos coletes amarelos na França, com repercussões e imbricações importantes com o poder instituído, são descritas como maneiras de ilustrar a insuficiência da teoria liberal e de algumas de suas críticas para pensar a política e a representação nos dias que correm.

A REPRESENTAÇÃO NA TEORIA POLÍTICA E SUAS DISJUNÇÕES

A compreensão liberal da representação política, ligada à teoria democrática minimalista, é menos uniforme do que se costuma sugerir. Predomina, no entanto, nas suas diversas expressões, a noção de que a representação é o meio pelo qual interesses

e vontades individuais se manifestam politicamente. Na tradição que reúne Michels, Mosca, Pareto, Weber e alcança autores como Schumpeter, a esfera política – circunscrita praticamente às instituições que organizam o poder – se descola do restante do mundo social por dinâmicas relacionadas à burocratização, à pressão por racionalização e, em última instância, à opção por um governo como atividade de minorias. Dessa forma, a política é reduzida a um sistema de escolhas que ignora as clivagens sociais e os processos de formação de preferências (MIGUEL, 2013).

O trabalho seminal de Pitkin (1984) constitui um avanço significativo para um melhor entendimento do complexo fenômeno da representação política. Com efeito, a autora sistematizou diversas faces da representação, evidenciando suas dimensões formais, mediadas pela autorização e o controle, e sua dimensão de ordem substantiva, que privilegia a relação entre representante e representado de forma a outorgar prevalência ao último. A contribuição de Pitkin é inegável ao contestar a posição passiva que a perspectiva minimalista atribui ao representado, cuja ação se restringe quase que exclusivamente ao voto. Na elaboração da autora, os eleitores “agem por meio de seu governo, e não são meramente receptores de suas ações” (PITKIN, 1984: 232). Contudo, o reconhecimento do caráter subjetivo do interesse e plural das *constituencies* atribui um nível razoável de autonomia ao representante. No limite, o trabalho de Pitkin não resolve completamente o dilema mandato-independência e faz uma opção pela representação em detrimento da participação e pela discricionariedade do representante face às vontades subjetivas do representado. Para a autora, a representação supõe agência de ambas as partes da relação e o imperativo da responsividade deve garantir uma participação proeminente do principal. Porém, essa operação é pouco desenvolvida. Os mecanismos que parecem determinar, em Pitkin, o caráter substantivo da representação são as próprias instituições políticas e, notadamente, o voto. A face formalista criticada por sua parcialidade no início da elaboração da autora volta, então, como elemento imprescindível para a boa representação.

O esforço de Pitkin, portanto, corre no sentido de postular a sobreposição entre as diferentes visões da representação, mas acaba por se mostrar insuficiente em demonstrar as possibilidades de conexão entre elas. Sobretudo no que concerne às suas dimensões formal e substantiva. Para além da dificuldade de definir o interesse do representado e oferecer elementos para a qualificação da representação como boa

ou má, a contribuição de Pitkin, ao transbordar a relação de representação para fora da esfera política, acaba por depositar seu lastro fundamental nas instituições e, queira ou não, no voto.

Ao lado de Pitkin, Bernard Manin é, provavelmente, a principal referência no debate acerca da representação. Manin (1997) formulou a tese das metamorfoses do governo representativo para rejeitar a suposta crise de representação que surgia na esteira do enfraquecimento dos partidos de massa na Europa e sugerir que a representação não desaparecia, mas passava a obedecer a lógicas distintas. Enquanto na democracia de partido o voto implicava em compromissos mais fortes com o eleitor e um horizonte de autogoverno se colocava pela ampliação da participação e da força do representado perante o representante, na democracia de público o representante passaria a gozar de mais autonomia e, portanto, a participação perderia relevância. Em artigo mais recente, Manin (2013) contesta o esgotamento do governo representativo ao argumentar que as instituições de mediação continuam fundamentais para a vida política, inclusive os partidos, e que a democracia representativa não é incoerente com um pequeno grau de influência direta dos cidadãos sobre a tomada de decisão sobre políticas públicas. O voto como mecanismo de autorização formal, porém, continua central para o autor. As dicotomias representação/participação, político/social, eleitoral/não-eleitoral permanecem explícitas em Manin.

A constatação crescente da insuficiência do voto como forma de assegurar legitimidade, aliada às inovações institucionais e das práticas políticas ligadas à representação, no entanto, forçaram pesquisadores a superar a literatura minimalista e os trabalhos de Manin e Pitkin. Frente à descentralização dos espaços político-institucionais e à ampliação das possibilidades de práticas democráticas (CASTIGLIONE e WARREN, 2006), mas também à contestação dos canais tradicionais de ação política, a visão padrão acerca da representação se mostrou inadequada. Nesse sentido, uma reflexão mais vigorosa da representação extrainstitucional - ou não-eleitoral, teve um papel importante ao arejar um debate demasiadamente circunscrito à evolução do governo representativo. Em meio à entrada de práticas participativas, como aquelas vinculadas à atuação de grupos de interesses, à advocacy e aos movimentos sociais em um universo mais plural de instituições, tornou-se imperativa, por exemplo, a análise de métodos informais de autorização e controle (Cf. ZAREMBERG, GUARNEROS-MEZA e GURZA-

LAVALLE, 2017). Com efeito, o problema da disjunção excludente entre representação e participação tem sido evitado por parte significativa da literatura. Ecoando Plotke (1997), diversos autores têm argumentado que o oposto da representação não é a participação, mas a exclusão. Afastando esse dualismo, seria possível observar como determinados meios de representação encorajam e canalizam formas de participação direta. Diversos caminhos para essa tarefa teórica se apresentaram nos últimos anos.

Urbinati é uma das autoras que mais avançou nessa direção. Segundo ela, a contraposição entre democracia e representação seria efeito da prevalência de uma definição “jurídica” da representação, que negaria seu caráter político e restringiria a participação ao voto. Já uma teoria política da representação estaria apoiada em um processo de circularidade entre as instituições e a sociedade e, diferentemente do esquema privado da autorização, enxergaria a representação como um processo aberto que se recria e se aperfeiçoa constantemente. O fundamental, para Urbinati, é a relação entre Estado e sociedade mediada pela representação, informada por variadas formas de comunicação e influência que os cidadãos atuariam através da mídia, dos movimentos sociais e dos partidos. “A representação política não elimina o centro de gravidade da sociedade democrática (o povo), ao mesmo tempo em que despreza a ideia de que os eleitores em vez dos cidadãos ocupem este centro, de que o ato de autorização seja mais importante do que o processo de autorização” (URBINATI, 2006: 203). Assim, uma perspectiva da representação como a de Urbinati atribuiria agência aos representados, dotados de um poder negativo que incorpora meios formais e informais de julgamento, investigação, influência e reprovação.

A autora explicita, então, sua opção pela representação, ancorada no valor da estabilidade. Pela representação, a sociedade se uniria em torno de opiniões e crenças que tornam o poder um processo político informado por ideias e mediado pelo discurso. A representação não aparece como mera tradução do social no político, como defendem os liberais, mas como relação capaz de promover a formação de grupos e identidades e, por consequência, incluir interesses e opiniões diversos na estrutura deliberativa. Mais que uma alternativa à democracia direta, a representação consistiria na forma preferível de organização político-social, muito embora deva ser concebida em termos mais complexos do que aqueles que restringem seus contornos a procedimentos eleitorais. Como Urbinati afirmou em entrevista a Hélène Landemore

(2016), a representação não consiste apenas em pessoas votando por candidatos individuais. Diz respeito também à voz que lhes é concedida entre um processo eleitoral e outro por formas políticas de associação capazes de estabelecer uma relação entre o dentro e o fora das instituições estatais.

Urbinati defende ainda que a representação é o melhor meio de incluir todos os cidadãos no processo deliberativo, já que não se encontra neles disposição em participar ativamente de todas as decisões que lhe digam respeito. Apesar da razoabilidade do argumento, acontecimentos recentes têm mostrado que, ao menos aos olhos dos governados, os canais formais e informais de autorização e controle dos governantes preconizados pela autora estão bloqueados ou, simplesmente, não são suficientes – o que ela mesma reconheceu em contribuição mais recente (URBINATI, 2013). Mas frente à falta de permeabilidade das instituições representativas aos interesses dos governados, não observamos apenas a ascensão de lideranças carismáticas como manifestação do que a autora chamou de desfiguração da política democrática (idem). Vemos também a multiplicação e o aprofundamento de formas de interferência direta nos rumos dos governos. O que tem ocorrido, com cada vez mais frequência, por meio de ações diretas cujo caráter propriamente político e democrático é relativizado por Urbinati.

A crítica à visão liberal, atrelada a indivíduos e interesses, foi feita também com vigor por teóricas feministas, que não deixaram, porém, de reconhecer o potencial igualitário da representação. O campo é vasto e conta com elaborações variadas. Por uma questão fundamentalmente de espaço, sua contribuição será apreendida aqui a partir do trabalho de duas das principais autoras a pensar a representação através da chave feminista. A saber, Anne Phillips e Iris Marion Young. Phillips, com efeito, contesta a ideia de democracia participativa como solução para demandas não expressas por intermediários. A ênfase na atividade e no envolvimento tenderia, segundo ela, a exagerar a influência dos que já têm maiores recursos de “educação, charme ou tempo” (Phillips, 2011: 355). A participação não seria motor de igualdade já que nem todos teriam condições e disposição para participar, diminuindo a autodeterminação dos afetados pelas decisões coletivas. As definições últimas de um regime democrático deveriam ser submetidas a um fórum em que todos possam tomar parte. Contudo, o voto não é percebido, aqui, como um meio suficiente para garantir essa premissa. Mecanismos não-eleitorais como a dimensão descritiva da

representação, assim como o discurso, assumem papéis fundamentais.

Young, por sua vez, orientou parte expressiva do debate contemporâneo ao propor o conceito de perspectiva social como modo de representação, ao lado de interesses e opiniões. Informada também pela visão descritiva da representação de Pitkin e considerando a tendência de subrepresentação de determinados grupos sociais em instituições políticas, a autora defende dispositivos que alterem esse quadro, sugerindo que a representação política “não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição” (Young, 2006: 148). Não existiria uma vontade uniforme do povo a ser representada, mas perspectivas sociais similares e, considerando que ninguém pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam sua vida, o cidadão espera que “outros pensem em situações como a dele e as representem nos respectivos fóruns de discussão” (idem: 144). Daí a justificativa normativa para desenhos institucionais que favoreçam a inclusão de minorias em instâncias de representação, de maneira a conectar, por mediações discursivas, as dimensões formal e subjetiva da relação entre representante e representado.

O debate sobre a representação na Teoria Política avançou rapidamente, portanto, nos últimos anos, rumo a considerações menos estanques do conceito. Reflexões acerca da relação entre representação formal e substantiva, representação e participação e os mundos político e social já podem encontrar algum amparo na literatura. Ao lado de Urbinati, o trabalho de Michael Saward é expressão significativa desse movimento. Pois embora o campo tenha ganhado em complexidade, as contribuições desses dois autores podem ser consideradas importantes pontos de virada no pensamento sobre a representação política. Crítico das distinções binárias comuns aos escritos sobre o conceito, tais quais: formal/informal, auto-autorizado/democraticamente autorizado, legítimo/ilegítimo, e liberal/discursivo, Saward é ainda mais audacioso ao afirmar que a “representação é um processo de reivindicação ao invés de um fato estabelecido pela eleição ou seleção institucional; ou, então, ela só pode vir a ser a última caso seja a primeira” (SAWARD, 2010: 41-44). Ao olhar o representante e não a relação, Pitkin ignoraria o processo de construção do representado e assumiria que ele tem um conjunto claro de interesses anterior à relação. Saward reconhece que sempre há um referente, mas argumenta que o trabalho político real consiste em ativar a construção de *constituencies*. A existência do representante é condição para a existência do grupo

representado, o que não implicaria, porém, passividade completa da audiência (idem: 55).

Se boa parte do entendimento acerca da representação subordina o político ao social, distinguindo representação simbólica e substantiva, por exemplo, Saward privilegia a dimensão política ao sugerir que ambas se constituem mutuamente (idem: 72-73). Ele rejeita, contudo, a ênfase eleitoral dos trabalhos sobre representação, presente de maneira clara, por exemplo, na abordagem feminista apresentada acima. A preocupação do autor com a representação não-eleitoral, entendida como processos de reivindicação que ocorrem à margem de disputas eleitorais, é justificada por tendências estruturais que constrangeriam a estabilidade da representação eleitoral. Nela, os representantes tenderiam a reduzir a *constituency* a uma identidade ou um conjunto de interesses pré-estabelecidos, quando na realidade eles são resultados de processos em movimento (idem: 92). Por outro lado, a representação não-eleitoral gozaria de uma série de vantagens, como a liberdade de não pretender representar todos os interesses ou vontades da pessoa, estar livre do tempo eleitoral, poder ser representante temporário e não ser desafiada pelas fronteiras da nação ou da *constituency*. Tendências fortes que se sobreporiam à representação eleitoral, mas que se imporiam aos regimes democráticos de hoje. As eleições, para Saward, devem continuar sendo um fenômeno importante em um contexto em que as reivindicações são feitas e recebidas, mas os constrangimentos estruturais devem prejudicar esforços de falar por interesses cuja localização, configuração e renovação tendem a fugir da consideração eleitoral. Em meio à demanda crescente por autenticidade e imediatismo, a representação não-eleitoral evitaria a diferença e a distância geralmente produzidas pela lógica da autorização.

Assim como Plotke e Urbinati, Saward questiona a distinção entre democracia direta e representativa e elege a última como a primeira e melhor opção. Ele vai além, no entanto, ao propor enfaticamente a necessidade de superar o voto como expressão máxima da cidadania. Por se tratar de um conjunto aberto de relações que compreende os níveis societal e estatal, a representação exigiria mais do que um simples arranjo institucional. A democracia deve ser representativa por meios eletivos, descritivos, expressivos e simbólicos, de maneira a explorar dinâmicas e potenciais complexos da representação. Menos como uma coisa e mais como uma aspiração de possibilidades, a democracia é vista por Saward como um processo criativo, contínuo e constituinte de

alegações sobre identidades e interesses. É evidente o avanço que esse trabalho proporciona ao debate sobre a representação. A conexão entre os diferentes aspectos da relação ensaiada por Pitkin ganha muito mais destaque na perspectiva construtivista de Saward. No entanto, ao questionar dualidades caras ao campo, ele acaba, de forma contraditória, por favorecer uma percepção dicotômica acerca das representações eleitoral e não-eleitoral. Embora não as separe de maneira binária e reconheça sua sobreposição, Saward não oferece uma reflexão sistemática sobre seus vínculos que inclua a dimensão da participação. Com efeito, sua elaboração negligencia, de forma significativa, a ação coletiva ao pensar a representação política.

Mais do que isso, Saward é provavelmente a expressão mais clara de um limite que permeia as críticas à concepção liberal da representação, do qual Pitkin escapou, mas que é comum a parte importante da literatura mais recente. A saber, o fato de elas, muitas vezes, perderem de vista a noção de interesse como central para qualquer compreensão da representação política. Como registrado por Miguel, atento aos avanços da teoria democrática deliberativa, “teorias críticas ao liberalismo diluíram o interesse em esperanças de voluntarismo teórico-político de atores individuais e coletivos” (2013: 239-40) e traçaram, muitas vezes, uma relação de mão única entre política e economia/sociedade. Por motivos variados, muitos dos autores inseridos no debate da representação esvaziaram, em alguma medida, o caráter conflitivo da política ao negligenciar suas dimensões substantivas e concentrar sua atenção no âmbito do discurso e da construção da relação de representação.

Depois de apontar formulações teóricas que avançam no sentido da diluição da dicotomia entre representação e participação, podemos nos questionar, por um lado, acerca do domínio sobre o campo de abordagens ainda muito marcadas por ela, como aquela de Manin. Parece plausível pensar que os esforços para desfazer essa disjunção não foram suficientemente desenvolvidos ou devidamente incorporados ao debate. Desde Pitkin, sugeria-se a articulação das faces substantiva e formalista da representação. Urbinati denunciou com razão a separação entre o político e o social decidida a pensar a relação entre ideias, discursos, interesses, Estado e sociedade. Saward foi ainda mais longe ao propor a integração das diversas visões em uma abordagem mais complexa, atenta à dimensão não-eleitoral da representação.

Não obstante, as conexões entre as faces da representação são insuficientes em

Pitkin. Urbinati não se debruça propriamente sobre os mecanismos que articulam sociedade e Estado e seus limites para pensar uma relação de representação em que ambas as partes tenham agência relevante. É verdade que suas contribuições mais recentes avançaram nessa direção. Contudo, sua ideia de um sistema “diárquico”, em que decisão e opinião se influenciam mutuamente sem fundir-se, acaba esbarrando nos mesmos problemas da teoria deliberativa ao pensar uma representação que ignora formas de intervenção mais radicais sobre o poder e que trata o conflito como mal a ser extirpado (MIGUEL, 2013: 81, 84). Chama a atenção, aliás, a apreensão parcial que a autora faz de Gramsci ao descrever um processo de circulação entre sociedade e Estado apoiado na influência de ideias e destituído de relações de força e coerção (URBINATI, 2013). Já Saward induz a outra dicotomia ao deixar de olhar sistematicamente a sobreposição entre representações eleitoral e não-eleitoral. Ademais, a opção de autores como Urbinati e Saward pela representação enfraquece a participação direta e acaba por recuperar o caráter elitista dos modelos liberais de democracia (MIGUEL, 2018:209). Com efeito, frente aos desafios a uma representação que passe pela “construção da ação coletiva” e supere a mera expressão de uma vontade individual, tanto a participação quanto os interesses objetivos atraem, no melhor dos casos, uma atenção contextual nessa literatura (idem: 192).

A consideração processual da autorização e do controle, para além do voto e que extrapole as fronteiras do poder instituído, portanto, não recebeu a devida atenção. Sobretudo no que concerne à ação política extrainstitucional de corte conflitivo, que ganha importância num momento de desconfiança crescente nos representantes e na própria instituição da representação – seja ela eleitoral ou não. E na medida em que atores políticos envolvidos na disputa pelo poder do Estado recorrem ou estão sujeitos a serem ultrapassados por práticas disruptivas de participação, a literatura acerca da representação deve incluí-la em seu arcabouço teórico. A abertura da representação à participação tem ocorrido sob diversas formas, cabe aos teóricos responderem a esse fenômeno – e não apenas por motivos analíticos, mas também normativos. Pois a crise por que passa a democracia liberal dificilmente a levará de volta ao ponto de partida desejado por vários dos autores. A teoria feita com os olhos no retrovisor, para além de rejeitar qualquer tipo de mudança, serve pouco para explicar a transformação de práticas às quais ela acabou por se apegar.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO E OS COLETES AMARELOS NA HORA DA CRISE

Embora sejam válidas para questionar postulados caros à teoria liberal, as perspectivas teóricas apresentadas acima permanecem parciais, nos termos de Pitkin, ao ignorar parte do que a representação é ou faz. Se disjunções produzidas entre noções como representação e participação, representação eleitoral e não-eleitoral, disputa eleitoral e luta extraparlamentar não descrevem de maneira precisa a ação política de grupos e indivíduos em qualquer período das democracias modernas, isso é ainda mais claro nos dias que correm. Em meio à crise que atravessa a democracia representativa, esforços de articulação entre essas práticas ganham importância e desvelam sua maior ou menor interdependência. A descrição e análise de experiências que operam justamente no entroncamento dessas tensões, reconhecendo seus limites, mas explorando sua potência, pode ajudar a pensar o fenômeno, de forma a desestabilizar dicotomias míopes e oferecer insumos para elaborações teóricas a seu respeito. É exatamente ao que se presta a consideração de dois casos específicos: a evolução do repertório de ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entre 2013 e 2018, no Brasil, e os protestos dos coletes amarelos, na virada de 2018 para 2019, na França. Examinados, o primeiro, a partir da análise de cobertura jornalística, de modesta literatura acadêmica, de documentos produzidos pela organização e de observação participante do autor a partir do início de 2017. E o segundo, com base em reportagens da imprensa francesa, em material produzido pelos atores, em diagnósticos de analistas e em elaborações teóricas normativas.

A Estranha Trajetória do MTST

Não é possível olhar para os rumos tomados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto sem considerar a tumultuada realidade política brasileira dos últimos anos. Poderíamos dizer, esquematicamente, que o movimento tem operado em função de duas pressões a priori divergentes. Por um lado, o MTST ganhou alguma notoriedade no cenário nacional em meio à desconfiança de parte importante da esquerda – mas não só – em relação à política institucional. Na esteira de junho de 2013 e do golpe parlamentar de 2016, multiplicaram-se as vozes desiludidas com a possibilidade de transformações substantivas pela via eleitoral. É nesse contexto que a

esperança de muitos intelectuais, mas também de trabalhadores das periferias urbanas, se volta para a ação direta como forma preferencial de avançar no sentido de melhores condições de vida. Frente aos constrangimentos colocados por um poder instituído comprometido com uma determinada ordem e, sobretudo, aos seus sinais de falência, caberia às organizações progressistas apelar para a organização e a mobilização popular como principal meio de ação política.

Por outro lado, a despeito da crise de legitimidade de seus operadores, o Estado não deixa de determinar vários dos termos do conflito político-social, assim como parte significativa das perspectivas materiais colocadas às classes populares. Em outras palavras, as instituições estatais e as políticas públicas seguem relevantes e, portanto, merecedoras de disputa. E o partido que vinha desempenhando esse papel dava sinais de amplo desgaste. A perplexidade diante de junho, a crise econômica, o golpe parlamentar executado sem resistência à altura e os efeitos dos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato pareciam, em meados de 2016, condenar o Partido dos Trabalhadores a uma crise profunda. O campo popular estaria carente de uma força política que inspirasse confiança para realizar, finalmente, um programa de enfrentamento – ou de reformismo forte, como se esperou do PT.

É em meio a essa tensão que o MTST inaugura um movimento que, à primeira vista, nenhum analista hesitaria em qualificar de “institucionalização”. Mas que poderia ser descrito também como uma virada radical da sua estratégia política ou como a passagem de um lado para o outro da fronteira que separa os mundos político e social. Com efeito, a aproximação com a disputa eleitoral significaria uma ruptura em relação a um repertório de ação outrora marcado pela ocupação de propriedades privadas, pelo travamento violento de vias de grande circulação e por um discurso anticapitalista organizado em torno do confronto direto com o Estado. Esse seria apenas mais um caso, entre tantos outros, de transformação – ou cooptação – de um movimento social em partido político, que implica a mudança de suas táticas, de sua estratégia e de seu horizonte normativo.

No entanto, a observação detida das práticas do MTST ao longo dos últimos anos, notadamente a partir de 2013, contraria essa impressão informada tanto por um conjunto de experiências históricas quanto por dicotomias que organizam o conhecimento acadêmico da política, como discutido acima. A análise das práticas e

do discurso do movimento revela os limites de uma consideração binária de sua ação. Quadros interpretativos convencionais, apoiados na disjunção exclusiva entre lutas por dentro ou por fora do Estado, não ajudam a compreender uma prática marcada pela ambiguidade se medida pelos critérios e categorias que dão inteligibilidade ao político. Como diz Francesca Polletta (2006), é comum que atores políticos recorram à ambivalência de gestos e palavras para reformar ou diluir conjuntos bem definidos de crenças e legitimar suas ações. Algo que o MTST tem feito há mais tempo do que se imagina e que ganha corpo numa conjuntura mais favorável à combinação de representação eleitoral e ação direta.

Até meados de 2013 e à sombra do lulismo, o MTST marcou sua atuação por meio da organização de trabalhadores prejudicados pelo aumento do aluguel nas periferias das grandes cidades e de ações diretas contra interlocutores públicos e privados. A luta do movimento se dava preferencialmente por fora e contra o Estado, como indica a Cartilha do Militante (MTST, 2015). A participação, entendida aqui propriamente como a ação direta dos membros do movimento por meio de ocupações e mobilizações de rua e vista como alternativa virtuosa à disputa político-institucional, foi historicamente exaltada na narrativa do MTST e atrelada à noção de poder popular. Assim, ao negar o envolvimento da organização em eleições, o movimento defenderia uma democracia real, comprometida com noções substantivas de igualdade e liberdade e “buscando superar a democracia apenas por representação, com suas limitações”, como afirma Goulart (2017: 467)³. O MTST se opunha, inclusive, às instâncias participativas características das gestões petistas, tidas como “espaços de negociação que se pautam na agenda dos governos e não dos movimentos sociais” e desprovidos de um horizonte de transformação radical (idem).

A leitura da tese de Goulart, documentos produzidos pelo movimento e relatos da mídia⁴ indicam a rejeição ao envolvimento em espaços institucionais marcados pela concertação. Contudo, esses mesmos registros evidenciam aspectos contraditórios, ou simplesmente menos estanques, da prática e do discurso do movimento. Goulart (2011: 210), ao colocar o MTST como alternativa imediata ao PT, descreve o esforço do movimento em articular alianças por meio da construção da

³ É importante registrar que a tese de Goulart é apontada por Boulos (2015a) como uma das principais referências sobre o MTST.

⁴ Análise do autor no arquivo da Folha de S.Paulo mostra que, até 2014, todas as matérias sobre o movimento no jornal faziam referência a protestos violentos e ocupações de terrenos.

CSP-Conlutas, ligada ao PSTU, por exemplo. Ou seja, se a retórica do MTST privilegiava a luta por fora do Estado, vetava candidaturas a cargos públicos e o engajamento em instâncias participativas formais, alguma ambiguidade já podia ser observada na disposição à negociação com autoridades públicas, no envolvimento com o criticado programa Minha Casa Minha Vida (BOULOS, 2015a) e na aproximação com partidos políticos. Na narrativa do movimento anterior a 2013 já é possível, portanto, vislumbrar o objetivo de romper com a distinção comum entre organizações de base, que atuam localmente por conquistas imediatas, e organizações políticas, movidas por um programa estratégico de transformação estrutural. A almejada segunda dimensão do movimento, no entanto, tinha sua forma incerta e se restringia a acumular forças para informar a conduta do poder público.

As manifestações de junho de 2013, o processo de impeachment de Dilma e o desgaste do PT, evidente nas eleições municipais de 2016, para não falar dos processos judiciais que culminariam na prisão de Lula, porém, aceleram a transformação da conjuntura brasileira e, com ela, a reorientação tático-estratégica do MTST. Em meio a esse contexto de instabilidade da política nacional, notadamente no campo progressista, o movimento avança com mais rapidez no sentido de conformar um projeto de esquerda que, embora amparado na luta e na mobilização social “por baixo”, envolva a disputa institucional e a condução de reformas “por cima”. À medida em que a criação de uma nova força eleitoral à esquerda ganha eco com o enfraquecimento petista em meados de 2016, o MTST parecia reunir condições para construir uma nova organização política de apelo popular⁵. No entanto, o movimento não poderia ignorar que sua força seguia diretamente associada à ação direta. Uma identidade construída em torno dessas práticas e da crítica à política partidária constrangeriam a entrada na disputa eleitoral. O imperativo moral de sua narrativa, cujo percurso partia do desamparo da população das periferias urbanas rumo ao poder popular conquistado pela luta direta contra o Estado, dificultaria a criação de um novo partido. Não obstante, a corrida eleitoral deixa de ser um desvio perigoso frente à ameaça da crise de representação. Experiências como aquela dos piqueteiros argentinos deixam de ser a referência normativa, que ganha corpo agora

⁵ Em reunião com lideranças petistas e do PSOL, a convite do MTST, em junho de 2017, discutiu-se planos para a esquerda. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1894224-psol-petistas-e-movimento-de-sem-teto-discutem-plano-para-esquerda.shtml> e acessado em 19/09/2019.

no espanhol Podemos⁶, partido que atribui centralidade à relação com movimentos sociais e em mecanismos de participação interna.

Na esteira do lulismo, cujos limites ficam evidentes na medida em que a conciliação de classes e o reformismo fraco não são suficientes para evitar o golpe parlamentar de 2016 e a prisão de Lula em 2018 (SINGER, 2018), a crise de representação se une, no Brasil, à crise da esquerda e de sua estratégia dominante. Nesse contexto, o MTST enxerga a possibilidade de apresentar e executar um projeto ambicioso, que opera na tensão entre o poder instituído e o poder instituinte. A partir da avaliação de que a disputa pelo poder não pode se restringir à institucionalidade estatal e deve recorrer à mobilização popular por fora dos canais formais de participação de maneira contínua, teria chegado a hora de uma mesma força política articular os dois espaços e as duas formas de luta – por dentro e por fora do Estado, por meio de reformas e de ações disruptivas. Ações correntes e que se anunciam indicam a importância desse compromisso assumido pelo movimento, visto como condição, aliás, para uma prática política que responda, ao mesmo tempo, aos desafios contemporâneos da representação e da esquerda.

As tensões que essa disposição implica ficaram claras durante a campanha presidencial de Guilherme Boulos, em 2018, sobre a qual nos debruçamos rapidamente aqui. A intenção é observar de que maneira a forma e o conteúdo da candidatura manifestam a tentativa de articular representação e participação como critério fundamental para a ação política. As saídas provisórias encontradas estão longe de expressarem uma receita definitiva para a combinação de práticas vistas como antagônicas, mas oferecem elementos importantes para a análise empírica e a reflexão teórica.

Em relação à forma da campanha, é evidente o caráter ambivalente de uma candidatura que, no limite, se recusa a assumir-se como tal. Ficou clara, com efeito, a intenção de descolar a imagem do candidato daquela do PSOL, partido pelo qual a candidatura foi lançada e cujas referências simbólicas, como cor, logo e quadros ficaram distantes do material e dos eventos oficiais de campanha. A escolha de uma indígena como candidata a vice, a coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) Sonia Guajajara, carregava ainda a imagem de uma invasão, por parte

⁶ Ver entrevista de Guilherme Boulos a Mario Sergio Conti, transmitido novembro de 2016 e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cqZE1XbiYvU>. Acessada em 16/01/2018.

de setores historicamente excluídos, do espaço restrito da política. Mais relevante, porém, foi o cuidado em reivindicar o caráter participativo da formulação do programa de governo, que se deu, em boa parte, por meio de debates públicos acerca de pautas específicas e de contribuições abertas em plataforma digital. Um processo conduzido pela plataforma “Vamos!”, uma espécie de coalizão de forças, notadamente MTST, Apib, Mídia Ninja e setores do PSOL, que retirou do partido o protagonismo na construção da agenda a ser defendida e da própria candidatura. A organização da campanha, por sua vez, dispensou as estruturas partidárias tradicionais em âmbito local, regional e nacional para privilegiar grupos de trabalho, responsáveis pela formalização do programa, e grupos de ação organizados virtualmente, o que reduziu o peso das instâncias partidárias. Por fim, embora não tenha sido ostensivo, o envolvimento da base do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto buscou, repetidas vezes, reforçar o vínculo entre a candidatura e a mobilização popular⁷. Cumpre registrar aqui que a relação entre o PSOL e o MTST não foi isenta de tensões durante, antes e depois do processo eleitoral. O que sinaliza os limites de uma prática política que contorna as instituições que ainda reivindicam a prerrogativa de mediar a relação entre a sociedade e o Estado. É verdade que, ao convidar Guilherme Boulos para liderar a chapa presidencial em 2018, a direção do partido reconheceu a insatisfação expressiva de amplos setores sociais com os atores tradicionais e as instituições políticas de maneira geral. A escolha de Boulos não se dava apenas em função de atributos pessoais, como sua habilidade oratória. O que o qualificava era justamente o fato de liderar um movimento social conhecido pela radicalidade com que luta pela garantia de direitos sociais contra os poderes instituídos e pela capacidade de mobilizar camadas populares cujas relações de trabalho não favorecem sua organização autônoma. A indicação sinalizava algo diferente do habitual, um tipo de ação política mais participativa e que desestabilizava convenções de um sistema fechado em si mesmo. No entanto, por mais consciente que fosse a decisão do PSOL, diversos constrangimentos se impuseram a uma inovação que limitava a exposição pública do partido e de seus outros candidatos a cargos eletivos e reduzia seu controle sobre o programa presidencial. Não podemos esquecer que o PSOL, como qualquer outro partido, opera a partir de uma lógica eleitoral que garante sua sobrevivência. A

⁷ Exemplos disso são as chegadas de Boulos aos debates televisivos em São Paulo, quando era acompanhado de membros da base do movimento, e a confecção e exposição de faixas em viadutos paulistanos com dizeres como: “Com quantos pobres se faz um rico?”.

eleição de representantes ao poder legislativo, em última instância, importava mais para os quadros e a estrutura partidária, dela dependentes. A candidatura de Boulos e a relação estreita com o MTST não tornariam o PSOL um partido de massas de um dia para o outro. Ele permanecia mais afeito àquilo que Peter Mair (1997) chamou de partido cartel. O resultado mais visível dessas contradições foi um engajamento da militância e da burocracia do partido na campanha presidencial aquém do que se imaginava.

Sobre o conteúdo programático da candidatura, é importante registrar o destaque que o programa de governo e o candidato, em manifestações públicas, deram à ampliação e diversificação dos meios de participação direta. Não exatamente nos moldes das instâncias participativas promovidas pelas gestões petistas, mas, sobretudo, na forma de plebiscitos e referendos. O programa previa também dispositivos de participação digital e a revogação de mandatos eletivos, mecanismo histórico de propostas de radicalização democrática. Por fim, mais relevante é considerar que o caráter progressista das propostas em termos distributivos estava diretamente subordinado à mobilização popular. Seria por meio dela que medidas contrárias aos interesses das classes dominantes avançariam. Frente à sobre-representação desses estratos no poder legislativo, a transformação substantiva adviria, necessariamente, de algum grau de participação extrainstitucional. Em diversas ocasiões, com efeito, Boulos afirmou que o argumento da governabilidade tem servido para justificar uma ação política pautada pela conciliação com os interesses do capital e das oligarquias políticas⁸. Em um momento de esgotamento do lulismo e das condições materiais para atender à burguesia e às camadas populares concomitantemente, os interesses das últimas dependeriam de participação direta de cunho disruptivo. Em outras palavras, o modelo proposto articulava a gestão do poder executivo à organização e à mobilização das camadas populares, de maneira a recuperar o antagonismo necessário à política defendido por concepções radicais de democracia como aquelas de Mouffe (2015) e Rancière (2018).

É inevitável, por fim, a comparação do modelo de ação política em vista pelo MTST àquele implementado por Jair Bolsonaro desde a campanha, mas também no

⁸ Ver entrevista de Boulos disponível em <https://www.terrasemmapas.com.br/nosso-pacto-de-governabilidade-sera-o-da-mobilizacao-popular-disse-boulos-em-entrevista-exclusiva/> e acessada em 10/07/2019.

governo. Muitos previam que o presidente teria que adequar seu comportamento e sua estratégia política a códigos marcados pelo que poderíamos chamar de retidão institucional. Construir, de partida, uma coalizão partidária que desse apoio ao governo, ceder a exigências diversas dos membros dos outros poderes, moderar o tom do discurso seriam algumas das medidas necessárias para o funcionamento mínimo de qualquer administração. Ou o “núcleo ideológico” seria tutelado por forças da razão ou sua gestão estaria fadada à imobilidade política. Não foi bem isso o que ocorreu e o presidente permaneceu insistindo na mobilização constante de sua base mais engajada como estratégia principal de poder⁹. O paralelo com o MTST pode soar despropositado, mas é relevante para pensar os limites das teorias apresentadas acima, que, embora critiquem a abordagem liberal da política, se alinham a ela ao associar a política à superação do conflito e da violência (MOUFFE, 2015). Portanto, ao resguardar a política à esfera institucional e não pensar sua interdependência em relação ao que ocorre nas ruas, nos locais de trabalho e nas ocupações de terra e prédios públicos, a teoria corre o risco de se perder junto com ela. Não só a iniciativa assumida pelo MTST, mas também o governo de Jair Bolsonaro, ilustram os limites de disjunções que prejudicam a compreensão da ação política, movida pelo conflito, e a imbricação entre representação e participação, sejam elas institucionais ou não.

Os Coletes Amarelos e a Corrida por sua Representação

As manifestações dos coletes amarelos, que tomaram estradas do interior da França e avenidas de Paris, durante mais de 6 meses, foram rapidamente entendidas como mais um sintoma da crise da democracia. Para além da radicalidade do seu repertório de ação, contribuiu para as análises de cunho pejorativo o alvo em vista. A saber, justamente o governo que trouxe consigo a esperança de redenção da democracia liberal e medidas tidas como razoáveis para avançar no sentido de um programa de austeridade fiscal e de combate ao aquecimento global. No entanto, o caráter violento da mobilização, interpretada à luz de uma clivagem clara entre os

⁹ Em 26 de maio e 30 de junho, atos em favor do governo foram exaltados pelo presidente em redes sociais. Membros do governo e do círculo íntimo de Bolsonaro chegaram a participar das manifestações, cujo tom foi de confronto e provocação a adversários mais ou menos distantes ideologicamente da agenda governista. Durante a pandemia do novo coronavírus, o presidente prestigiou, repetidamente, atos semanais em apoio ao seu governo numa clara demonstração de incentivo à ativa participação de sua base social.

menos educados membros de uma classe média empobrecida do interior e uma elite educada e cosmopolita das grandes cidades, não foi suficiente para diminuir o apoio ao movimento. Pelo contrário, segundas pesquisas de opinião anunciavam a resiliência da sua popularidade junto aos franceses. Em abril de 2019, cinco meses depois do início dos protestos e de cobertura midiática amplamente sensacionalista dos atos, que chegaram a vandalizar lojas e restaurantes em grandes cidades, 50% dos franceses apoiavam o movimento – entre as classes populares, o índice era de 66%¹⁰.

Não foi por acaso que se observou, portanto, ao longo dos atos e, sobretudo, em meio à disputa eleitoral pelo parlamento europeu ao longo do primeiro semestre de 2019, uma corrida pela representação das demandas dos manifestantes – rapidamente reconhecidos como o “verdadeiro povo francês”, esquecido pelas elites políticas e cansado dos acordos de gabinete incapazes de evitar a deterioração das suas condições de vida. O início dos protestos, com efeito, teve como motor o aumento dos impostos sobre combustíveis fósseis, que teria como efeito automático a redução do poder de compra de trabalhadores que dependem do carro para chegar ao local de trabalho. Afinal, nas cidades do interior do país, não há sistemas públicos de transporte que permitam às pessoas abrir mão de um veículo próprio, como acontece nas grandes aglomerações. O acúmulo de insatisfações com um processo de longo prazo que vem reduzindo a oferta de serviços públicos e privados, como médicos, escolas e atividades culturais nas cidades de pequeno e médio porte logo configurou uma clivagem entre o povo, composto por setores populares e de classe média, que cultivam suas tradições no campo e os habitantes das metrópoles globalizadas, cujos hábitos e cultura preservam pouco da identidade francesa (MOUFFE, 2018b).

É curioso notar, com efeito, que não foram apenas os chamados populistas, localizados nas extremidades do espectro ideológico, que reivindicaram representar os interesses expressos nas rotatórias das províncias e nas ruas de Paris e outras cidades durante todos os sábados entre novembro de 2018 e maio de 2019. Partidos associados à ordem liberal, como o Partido Socialista e Os Republicanos, lançaram candidatos estranhos às suas fileiras com o claro objetivo de responder à insatisfação dominante com as instituições políticas. Enquanto a centro-esquerda recorreu ao escritor e documentarista Raphael Glucksmann como primeiro nome de sua lista para

¹⁰ Segundo dados divulgados pela pesquisa ELABE e disponíveis em <https://elabe.fr/gilets-jaunes-grand-debat-national-2/>. Consultado em 19/09/2019.

o parlamento europeu, a direita tradicional indicou o professor de filosofia François-Xavier Bellamy. Mesmo os partidos de Marine Le Pen, de extrema-direita, e o progressista A França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon, supostamente mais favorecidos pelo caráter destituente dos protestos, inovaram nas suas escolhas. O primeiro alçou o jovem Jordan Bardella, de 23 anos, à cabeça de sua lista e o segundo apelou a Manon Aubry, especialista em evasão fiscal da ONG Oxfam. A escolha, fortemente simbólica, foi mais uma tentativa do partido de ressaltar a dimensão imoral de um sistema que promove as desigualdades sociais e deteriora as condições de vida do trabalhador comum. O esforço de Mélenchon e de seus correligionários de se aproximar dos coletes amarelos e reconhecer seu potencial democratizante foi claro e se materializou no apoio a bandeiras caras ao movimento, como a criação de um dispositivo que autorizasse a convocação de referendos por iniciativa popular, e outras que não recebiam atenção homogênea entre os manifestantes, como a recuperação do imposto sobre grandes fortunas, suprimido por Macron. De qualquer forma, é importante registrar o cuidado tomado por Mélenchon, em seguidas manifestações, em não se apresentar como porta-voz dos protestos. Ao defender os coletes amarelos nas sessões parlamentares, nas declarações à imprensa e nas publicações em redes sociais, o deputado era enfático ao se apresentar como simpatizante do movimento. E ao se dispor a apoiá-lo por meio de seu mandato, a representação institucional se colocava a serviço das mobilizações de rua, das quais participou ativamente¹¹.

Mesmo Macron evitou o conflito aberto com os manifestantes. Se, por um lado, o aparato policial reprimia duramente os protestos, por outro, o governo atendeu a uma série de demandas mais ou menos difusas do movimento. No plano da justiça social, além do recuo no aumento do imposto sobre os combustíveis e da contribuição das aposentadorias mais modestas, o governo tomou medidas como o aumento do salário mínimo e a redução do imposto de renda, notadamente para os salários mais baixos¹². Mais do que isso, Macron anunciou uma regulação mais restritiva sobre o preço dos aluguéis nas maiores cidades e pressionou empresários a congelar os valores de planos de saúde privados. Quanto à outra dimensão assumida pelo movimento,

¹¹ Ver comentários de Mélenchon e vídeos sobre sua participação nos protestos dos Coletes Amarelos, chamados por ele de “revolução cidadã”, em <https://melenchon.fr/categorie/themes/societe/gilets-jaunes/>. Consultado em 09/06/2020.

¹² Para parte das reações do governo Macron às manifestações, ver <https://www.bfmtv.com/politique/macron-a-t-il-repondu-aux-revendications-des-gilets-jaunes-1680522.html>. Consultado em 09/06/2020

qual seja, do aprofundamento da participação popular sobre as decisões do Estado, Macron convocou um “Grande Debate Nacional”, em que todas as prefeituras convidaram seus cidadãos a discutirem temas de relevância pública e manifestarem suas expectativas. A despeito da desconfiança dos coletes amarelos quanto ao caráter deliberativo desses espaços, o processo contou com participação significativa dos franceses e o presidente adotou medidas concretas como uma espécie de síntese das propostas apresentadas. Dentre elas, destacam-se o estabelecimento de um limite temporal para os mandatos eletivos e a criação de um dispositivo que permite a convocação de referendos de iniciativa compartilhada, em que a combinação do apoio de um quinto dos membros do parlamento com um décimo dos eleitores é suficiente para a consulta¹³. A primeira iniciativa chegou a ser lançada e tinha como objeto submeter a votação popular a privatização dos aeroportos de Paris, desejada pelo governo. Devido à crise do novo coronavírus, o processo foi interrompido, mas a privatização adiada.

Para além desses efeitos tangíveis sobre a ação do Estado e contrariamente às expectativas de diversos analistas, boa parte dos coletes amarelos mostraram não rejeitar completamente a disputa do poder instituído. Expressão disso é o fato de representantes do movimento terem sido recebidos e exaltados pela coalizão de governo italiana então formada pelo Movimento 5 Estrelas e pela Liga, do populista de direita Matteo Salvini. Ademais, duas listas eleitorais organicamente vinculadas aos coletes amarelos concorreram às eleições europeias. Ambas as iniciativas foram objeto de contestação por um movimento que é heterogêneo em sua composição e difuso em sua organização, mas elas não deixam de revelar a disposição dos manifestantes em envolver-se diretamente com as instituições representativas formais. O que parece se chocar com uma vocação a priori insurrecional, mas que está alinhado à ambiguidade que caracteriza o movimento como um todo¹⁴. Do ponto de vista ideológico, boa parte da esquerda vacilou em apoiar mobilizações cuja identidade e bandeiras políticas não eram claras. Como argumenta Mouffe (2018a), o antagonismo

¹³ Ver as respostas do governo às reivindicações apresentadas durante o Grande Debate Nacional em <https://www.bfmtv.com/politique/macron-a-t-il-repondu-aux-revendications-des-gilets-jaunes-1680522.html>. Consultado em 10/06/2020.

¹⁴ O resultado decepcionante das duas listas revelou, no entanto, a dificuldade em reverter a potência de um movimento destituente em força eleitoral. Ver: https://www.lemonde.fr/international/article/2019/05/26/elections-europeennes-apres-six-mois-de-mobilisation-les-gilets-jaunes-font-un-flop-dans-les-urnes_5467682_3210.html. Consultado em 10/06/2020

inerente à política e rejeitado por atores e comentaristas liberais tem voltado sob a forma de conflitos morais, de tal maneira que demandas democráticas em sentido simbólico, mas também material, têm sido vocalizadas pela extrema-direita. Frente à ameaça reacionária, pensadores progressistas têm se prestado a proteger a democracia do povo – ou dela mesma. Ocorre que, na medida em que os canais de representação eleitoral são vistos como impermeáveis às vontades da sociedade, a ação direta, de corte conflitivo, surge como alternativa eficaz de participação política. Seja informando as decisões do Estado, seja reconectando os representantes eleitos às demandas dos representados. O que não avança, cumpre notar, em mão única, pois aqueles que reivindicam representar certos estratos da sociedade se apoiam também na sua ação política para mover suas pautas e cultivar os vínculos que os unem.

Segundo Rancière (2019), os coletes amarelos fizeram emergir uma oposição entre concepções de democracia. Na primeira delas, apenas uma elite, preparada e autorizada pelo voto, formula as questões relevantes e toma as decisões. Na segunda, contempla-se a possibilidade de uma ação coletiva que declara e verifica a capacidade daqueles que não têm competência específica para legislar e governar de formular as próprias questões. Em meio a um contexto de descrença nos atores e práticas convencionais de representação da democracia liberal, para não dizer no seu arcabouço institucional e discursivo mais amplo, ações disruptivas e de interação direta entre governados e governantes têm servido aos primeiros para mostrar aos últimos como preferem ser governados. Algo que, para Chatterjee (2004), é uma boa justificativa ética para a democracia, considerando a pequena permeabilidade do poder aos interesses das camadas populares, cuja participação política vista como legítima ficou restrita praticamente ao voto – insuficiente para garantir a dimensão que Pitkin chamou de substantiva da representação em tempos de pós- democracia.

Acontecimentos como o observado no inverno francês, e que ainda se fazem presentes quase que como um espectro que ronda e controla a política e os políticos, indicam que a prática de contornar os limites legais da ação política não só tem se tornado mais frequente como tem sido reconhecida como legítima por operadores da política feita pela via institucional¹⁵. Assim, essas práticas se inscrevem, aos poucos e

¹⁵ Ainda em meio à pandemia do novo coronavírus, protestos massivos, e muitas vezes violentos, tomaram as ruas de diversas cidades norte-americanas na sequência da morte de George Floyd, em 25 de maio de 2020, contaram com amplo apoio popular e tiveram significativas consequências políticas e legais. Como a proibição, por diversas polícias locais,

a despeito de resistência analítica e normativa de parte importante da teoria política, no quadro convencional da política moderna, por meio de imbricações com processos eleitorais, partidos e as mais diversas instituições estatais. Caberia, então, à teoria correr atrás da história, ao menos da parte dela que se esforça em sair da sombra. O propósito aqui não era propriamente apresentar um corpo teórico alternativo e bem acabado, capaz de dar conta de atores, instituições e, sobretudo, práticas que evoluem e indicam a superação de uma visão estreita da política, impermeável à maneira com que formas radicais de participação informam a representação. Tratava-se, mais exatamente, de apresentar, à luz de fenômenos contemporâneos, os problemas de leituras que, ao tentarem articular essas duas categorias centrais a qualquer apreensão da democracia, esvaziam-na de conflito e substância, ambos centrais para a compreensão dos casos do MTST e dos coletes amarelos. Casos que, apesar das diferenças notáveis, apontam para um fenômeno de significativa relevância para apreensões radicais da democracia. A saber, experiências de movimentos, organizações, atores específicos que reúnem em si e articulam tanto a dimensão ativista quanto a dimensão deliberativa que Young (2014: 210) vislumbrou, quase como um desejo improvável, nas “melhores teorias e práticas democráticas”.

CONCLUSÃO

Nesse texto, procurou-se, primeiramente, apresentar os respectivos avanços e limites de diferentes teorias da representação política ao superar a apreensão liberal do conceito. Em meio a uma significativa instabilidade da democracia moderna, cujos sinais iniciais foram descritos como resultado de uma crise da representação, lógicas convencionais de autorização e controle associadas eminentemente ao voto tendem a perder a centralidade de outrora. Embora não seja o caso de anunciar a ruptura do modelo liberal de democracia, a contribuição de autores como Urbinati e Saward, entre outros, ajuda a vislumbrar a combinação de formas variadas pelas quais a representação política se dá nos dias de hoje. Contudo, a produção desses autores, por motivos diversos, incorre no erro típico do liberalismo de produzir disjunções na maneira de pensar uma ação política que corre, ao mesmo tempo, por dentro e por fora do Estado e mobiliza lógicas participativas e representativas.

É evidente a dificuldade de prever a direção de práticas políticas que se movem de técnicas de imobilização.

sob a pressão da inovação. Autores como Manin já tentaram e não foram bem sucedidos em delimitar os contornos da representação face à crise da forma partido. No entanto, a teoria não deve se abster de procurar entender e explicar as transformações da política. Uma postura conservadora, que almeje simplesmente preservar uma ordem que dá sinais importantes de esgotamento, parece incapaz de evitar o fortalecimento de saídas autoritárias e antidemocráticas. É preciso abrir o campo para ver as características e o potencial democrático de práticas que articulam representação e participação, o político e o social, as lutas institucional e extrainstitucional.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, no Brasil, e os Coletes Amarelos, na França, fazem justamente isso. A análise de seu repertório de ação, de suas reivindicações e da forma como eles imbricam protesto, influência sobre processos decisórios e disputa eleitoral indica possibilidades importantes de uma teorização que inclua a ação direta nos modelos conceituais da representação. O que passaria, inevitavelmente, por um esforço de categorizar práticas, discursos e mecanismos de sobreposição das lutas institucional e extrainstitucional, da participação direta e da representação.

A violência tem sido seguidamente rejeitada como um recurso político legítimo. No entanto, desde Maquiavel, autores têm alertado para a importância do conflito e do tumulto para que os governados revertam, ou ao menos atenuem, tendências de dominação. Qualquer tentativa de pensar a articulação entre participação e representação não pode se furtar a considerar a dimensão antagônica e, eventualmente, violenta da disputa pelo poder. Na medida em que a livre circulação de desejos e opiniões se defronta com instituições impermeáveis à influência das ideias projetadas pelos sem-título, como diria Rancière (2018), tudo o que lhes resta para manifestar suas necessidades e vontades, muitas vezes, é a força física. Parte cada vez mais expressiva das sociedades e, inclusive, dos atores políticos já tem passado a reconhecer a ação de protesto como legítima. Falta, porém, que o pensamento político faça o mesmo. É compreensível que frente às ameaças colocadas por forças políticas autoritárias e projetos eminentemente antidemocráticos, pareça mais prudente agarrar-se ao quadro normativo da democracia liberal e ao poder instituído. A questão que se coloca é saber o quão conveniente é isso, seja do ponto de vista analítico, seja do ponto de vista normativo.

Cite este artigo (ABNT NBR 10520:2002, estilo APA)

SCERB, Philippe. **Teoria e prática da representação política na crise da democracia**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Políticos, Vol.12 | N.23, pp 49-78, 2021.

Referências bibliográficas

BOULOS, G. **Por Que Ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

_____. **De que lado você está?** Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2015.

CASTIGLIONE, D. e WARREN, M. E. **“Rethinking democratic representation: eight theoretical issues”**. Paper apresentado na conferência Rethinking Democratic Representation do Centre for the Study of Democratic Institutions. British Columbia: University of British Columbia, 2006.

CHATTERJEE, P. **The politics of the governed**: reflections on popular politics in most of the world. Nova York: Columbia University Press, 2004.

CROUCH, C. **Coping with post-democracy**. Londres: Fabian Society, 2000.

GOULART, D. C. **O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST**. Marília: tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, 2011.

_____, **Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto: projeto político, avanços e limites** In: da Silva, Hélio Alexandre (org.) Sob os olhos da crítica: reflexões sobre democracia, capitalismo e movimentos sociais. Macapá: Unifap, 2017.

HELD, D. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987. LACLAU, E. A Razão Populista. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LANDEMORE, H. **“A democracia representativa é realmente democrática?”** [Entrevista de Manin e Urbinati à autora]. Dois pontos, 2016, vol. 13, n. 2, pp. 143-156.

MAIR, P. Pary. **System Change: Approaches and Interpretations**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press New York, 1997.

_____. **“A democracia do público reconsiderada”**. Novos estudos - CEBRAP, no.97, pp. 115-127, 2013.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

_____. **For a left populism**. Londres: Verso, 2018a.

_____. **“Gilets Jaunes: ‘une réaction à l’explosion des inégalités entre les super riches et les classes moyennes’”** [entrevista a Simon Blin]. Libération, 2018b. Disponível em: https://www.liberation.fr/debats/2018/12/03/gilets-jaunes-une-reaction-a-l-explosion-des-inegalites-entre-les-super-riches-et-les-classes-moyenn_1695788

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES SEM TETO. **Programa de ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - Construindo o poder popular**. São Paulo. s/d. mimeo.

PHILLIPS, A. **“O que há de errado com a democracia liberal?”**. Revista Brasileira de Ciência Política, no.6, pp. 339-363, 2011.

PITKIN, F. H. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1984. PLOTKE, D. **“Representation is democracy”**, Constellations, vol.4, no.1, 1997.

POLLETTA, F. **It was like a fever: storytelling in protest and politics**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 2018.

_____. **“As virtudes do inexplicável: a propósito dos coletes amarelos”**. Punkto, 2019. Disponível em <https://www.revistapunkto.com/2019/01/as-virtudes-do-inexplicavel-proposito.html>

SAWARD, M. **The representative claim**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SINGER, A. **O lulismo em crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TRINDADE, T. A. **Os limites da democracia**: a legitimidade do protesto no Brasil participativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.33, n.97, 2018.

URBINATI, N. **O que torna a representação democrática?**. Lua Nova, n.67, pp.191-228, 2006.

_____. **Crise e metamorfoses da democracia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.28, n.82, 2013.

YOUNG, I. M. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova, n.67, pp.139- 190, 2006.

_____. **Desafios ativistas à democracia deliberativa**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.13, pp.187-212, 2014.

ZAREMBERG, G.; GUARNEROS-MEZA, V.; GURZA-LAVALLE, A. (Orgs.). **Intermediation and Representation in Latin America - Actors and Roles Beyond Elections**. London: Palgrave, 2017.